

Recessão cresce e benefícios sociais encolhem

STEVE SUPPAN



Agora que a recessão econômica nos EUA foi reconhecida oficialmente, há poucos defensores das projeções de receitas otimistas feitas pelos governos estaduais e federais, usadas para justificar os cortes de impostos em 2000-2001. Como observou um analista, “o caminho para esses cortes de impostos seletivos foi aberto não somente por previsões que não deixavam lugar para despesas extras, mas também com contabilidade criativa digna da Enron”.¹

Com o desaparecimento dos superávits orçamentários projetados, vieram as propostas de cortes nos orçamentos, que afetarão desproporcionalmente os programas sociais, já com recursos escassos. O governo nacional pode depender de gastos deficitários para financiar seus déficits orçamentários, incluindo a enorme militarização para a “guerra contra o terrorismo”. No entanto, os governos estaduais dos EUA, que são os principais provedores dos serviços sociais, estão impedidos por suas constituições de pedir empréstimos para financiar esses programas. Esta proibição significa que os orçamentos dos programas sociais provavelmente sofrerão cortes. Uma vez mais, o governo estadunidense não priorizou o cumprimento dos compromissos da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social (CMDS).

A capacidade técnica para coletar dados e interpretá-los limita as condições de alguns governos de avaliar os efeitos de suas políticas. Entretanto, nos EUA, a limitação é menos de capacidade técnica e mais de definições estatísticas de pobreza ultrapassadas, que impedem a análise e, portanto, a formulação de políticas realistas para reduzir a pobreza e os problemas sociais derivados.

Em setembro de 2001, a Agência do Censo dos EUA anunciou que, a partir de um levantamento por amostragem de 50 mil domicílios, tinham determinado que:

*“a taxa de pobreza em 2000 tinha caído para 11,3% [da população estadunidense]... o que não era estatisticamente diferente do mínimo histórico de 11,1% em 1973”.*²

O limiar da pobreza para a família de quatro pessoas foi estabelecido em US\$17.603.³ Os defensores da legislação *welfare to work* (dos benefícios sociais para o trabalho), adotada

em 1996 e que cortou beneficiários da assistência governamental alimentar e monetária, saudaram o anúncio do Censo como prova de que os programas *welfare to work* tinham reduzido a pobreza. No entanto, os limiares de pobreza do governo federal são calculados por uma fórmula baseada num orçamento para alimentação que não mudou substancialmente desde 1965.⁴ Como observou um crítico da definição oficial de pobreza, “enquanto os preços dos alimentos de fato declinaram nos últimos 50 anos, as famílias pobres atualmente são forçadas a gastar parcelas maiores de seus orçamentos em habitação e no cuidado com os filhos”.⁵

A inadequação dos limiares de pobreza do governo federal em refletir a renda (após a dedução dos impostos) necessária para pagar as necessidades básicas pode ser medida pela disparidade entre os níveis de pagamento do seguro-desemprego e a renda necessária para cobrir os custos com alimentação, habitação, saúde, cuidados com os filhos, transporte, calefação e outras necessidades básicas. Por exemplo, um estudo determinou que o seguro-desemprego federal atual “*repunha somente 33% da perda de renda média do trabalhador*”.⁶ O mesmo estudo calculou em US\$ 2.674 o orçamento mensal básico para um casal com dois filhos com menos de 12 anos na cidade de St. Cloud, Minnesota, em 2001. Em termos anuais, isso significa US\$ 32.088 de renda, após a dedução dos impostos⁷, cerca de US\$ 14.485 acima do limiar de pobreza federal para uma família como essa. O estudo de maio de 2001, realizado pelo Escritório de Orçamento do Congresso, determinou que a renda média anual, após a dedução dos

1 Paul Krugman, “Our Wretched States”. *The New York Times* de 11 de janeiro de 2001. Enron, a empresa privada mais generosa entre os que contribuíram para as campanhas eleitorais do então governador e atual presidente Bush, responde a uma ação penal do governo federal por práticas contábeis possivelmente fraudulentas, envolvendo enormes somas.

2 “Poverty: 2000 Highlights”. Agência do Censo dos EUA (20 de setembro de 2000) em <http://www.census.gov/hhes/poverty>.

3 “Poverty 2000”. Agência do Censo dos EUA, 20 de setembro de 2000, em <http://www.census.gov/hhes/poverty/threshold/thresh00.html>.

4 Gordon Fisher, “The Development and History of U.S. Poverty Thresholds – A Brief Overview”. Inverno de 1997, em <http://aspe.hhs.gov/poverty/papers/hptgssiv.html>.

5 Laura Maggi, “The Poor Count”. *The American Prospect* de 14 de fevereiro de 2000, em <http://www.prospect.org/print/V11/7/devil2.html>.

6 Heather Boushey and Jeffrey Wenger, “Coming up short: Current unemployment benefits fail to meet basic family needs”. Economic Policy Institute, Issue Brief #169, 31 de outubro de 2001, p. 1.

7 *Ibidem* p. 3.

impostos, era de US\$ 10.800 para o quintil inferior dos domicílios dos EUA em 1997. Para o quintil médio, era US\$ 37.200, somente US\$ 5.112 acima do que havia sido calculado para atender às necessidades básicas em 2001.⁸

O limite de cinco anos para assistência monetária a famílias e pessoas pobres, estipulado na legislação de 1996, foi aprovado no meio de um período de prosperidade macroeconômica. Atualmente, segundo uma manchete do *New York Times*, “assim como a assistência social chega ao fim, o mesmo acontece com os empregos”. Esses eram os empregos que permitiriam que as pessoas pobres deixassem de depender da assistência governamental.⁹ A recessão tem sido particularmente dura para as mães. De outubro até novembro de 2001, a taxa de desemprego de mulheres chefes de família passou de 6,9% para 8,3% – um aumento de 20%.¹⁰ As crianças dessas famílias formam uma grande parte dos 7% de crianças dos EUA que recebem assistência alimentar e monetária do governo federal. De acordo com os superados padrões de pobreza do governo federal, cerca de 16% das crianças são pobres.¹¹

De acordo com um relatório da *Second Harvest*, a maior rede de assistência alimentar emergencial dos EUA, 45% dos 23 milhões de pessoas que receberam alimentos de emergência no ano passado “tinham que escolher entre comprar alimentos ou pagar a conta de luz, água ou calefação”.¹² Além do aumento já citado no uso dos programas de assistência alimentar não-governamentais, a participação do Programa Governamental de Tíquete-Alimentação (FSP) cresceu 8%, entre outubro de 2000 e outubro de 2001. Os tíquetes-alimentação são vales financiados pelo governo para comprar alimentos básicos. Exigências mais rígidas para se ter direito a receber esse benefício levaram à queda de 40% ou mais da participação nesse programa em cinco estados, desde que foi adotada a legislação de benefícios sociais de 1996.¹³ Muitas pessoas que anteriormente participavam do programa dos tíquetes-alimentação, agora recebem assistência alimentar das igrejas.

Segundo os dados da Agência do Censo, a baixa renda familiar foi a razão principal pela qual 39 milhões de pessoas não puderam pagar um seguro-saúde em 2000. Em 1991, 14,1% da população dos EUA não tiveram nenhuma cobertura de

seguro-saúde durante todo o ano. Após nove anos de expansão econômica sem precedentes, 14% da população não tinham seguro-saúde em 2000.¹⁴ A legislação para estender o seguro-saúde a mais residentes está bloqueada nos debates sobre o orçamento no Congresso.

Impactos da política fiscal

Em seu primeiro discurso orçamentário, o presidente Bush defendeu um corte de impostos de US\$ 1,6 trilhão, recebido com grandes aplausos.¹⁵ Alguns desses aplausos provinham daqueles que buscavam cortes de impostos para seus clientes empresariais. No entanto, os críticos temiam que o corte de impostos de Bush tivesse o mesmo resultado do plano de impostos de 1981 do presidente Reagan, que tornou “estruturalmente impossível financiar os programas sociais nacionais”, nas palavras do diretor de orçamento daquela administração.¹⁶ Em junho, o Congresso aprovou um corte de impostos de US\$ 1,35 trilhão, somente quatro meses antes de o governo reconhecer que os EUA estavam em recessão econômica desde março de 2001. Atualmente, existe um debate nacional sobre a implementação do corte de impostos. O resultado desse debate afetará as políticas e o orçamento para cumprir os compromissos da CMDS.¹⁷

Contra as provas apresentadas pelos principais indicadores econômicos, que apontavam o aprofundamento da recessão antes do 11 de setembro, os apologistas da política econômica nos EUA, como o diretor da Federal Reserve (Banco Central), Alan Greenspan, e o ex-secretário do Tesouro, Robert Rubin, argumentaram que as consequências econômicas do 11 de setembro tinham interrompido uma recuperação pujante da recessão atual.¹⁸ As limitações orçamentárias, que resultam parcialmente do impacto econômico dos ataques de 11 de setembro, estão sendo usadas para justificar a continuação, ou inclusive a redução, de programas de assistência alimentar e monetária que já são inadequados.¹⁹ Contudo, alguns defensores dos cortes na assistência às pessoas pobres argumentam que um programa de US\$ 202 bilhões para redução de impostos e subsídios para pessoas de alta renda e empresas ajudará a recuperação dos EUA depois dos ataques de 11 de setembro.²⁰

14 The 39 Million Who Mustn't Get Sick”. *The Wall Street Journal* de 27 de dezembro de 2001.

15 “Bush’s Bogus Budget”. *The Nation* de 19 de março de 2001, p. 3.

16 Edelman, *op.cit.* nota de rodapé 17.

17 “Coalition Joins Call For Delaying Additional Tax Cuts for the Wealthy to Meet Urgent National Priorities”. National Women’s Law Center, comunicado de imprensa de 16 de janeiro de 2002, em <http://www.nwlc.org>.

18 Christian E. Weller and Laura Singleton, “Prosperity wasn’t just around the corner: Signs indicating weakening economic performance before September 11 attacks”. Economic Policy Institute, Issue Brief #166 de 4 de outubro de 2001, em <http://www.epinet.org/Issuebriefs/ib166.html>.

19 Marc Cohen, “City’s Poor Don’t Need More Belt-Tightening”. *Newsday* de 12 de outubro de 2001.

20 “Latest GOP Corporate Tax-Giveaway ‘Compromise’ Looks Almost Identical to Original Bloated Plan”. Citizens For Tax Justice de 16 de dezembro de 2001, em <http://www.ctj.org>.

8 Isaac Shapiro *et alii*, “Pathbreaking CBO Study Shows Dramatic Increases in Income Disparities in 1980s and 1990s: An Analysis of the CBO Data”. Center On Budget And Policy Priorities, 31 de maio de 2001, em <http://www.cbpp.org/5-31-01tax.html>, p. 3.

9 Nina Bernstein, “As Welfare Comes to an End, So Do the Jobs”. *The New York Times* de 17 de dezembro de 2001.

10 “The Economic Stimulus Package Must Include Unemployment Insurance for Low-Wage Working Women”. National Women’s Law Center (revisado em dezembro de 2001), em <http://www.nwlc.org>

11 Peter Edelman, “A Fairness Agenda for the Bush Era”. *The Nation* de 23 de abril de 2001.

12 Douglas O’Brien and Halley Torres Aldeen, “Hunger in America 2001”. *Second Harvest*.

13 “Food Stamp participation shoots up since last year”. *Nutrition Week* de 7 de janeiro de 2002.

Um projeto de lei de estímulo econômico aprovado pela Câmara dos Deputados vai enviar 41% daqueles 202 bilhões para o 1% da população de maior renda e 6% para os 60% de menor renda.²¹ Esse projeto de lei inclui um dispositivo, pelo qual os lobistas lutaram durante 15 anos, para anular o Imposto Mínimo Alternativo (AMT) que incide sobre as empresas. Segundo uma análise do *Public Citizen*, se esse projeto de lei for aprovado pelo Senado e promulgado pelo presidente Bush, 16 empresas receberão cerca de US\$ 7,5 bilhões em devoluções de impostos. De 1992 a 2002, essas empresas gastaram a bagatela de US\$ 45,7 milhões para influenciar aquela legislação.²²

Multilateralismo *a la carte*²³

O unilateralismo belicoso dos primeiros nove meses do governo Bush sobre as principais questões de política externa – por exemplo, sobre o aquecimento global – foi trocado por um multilateralismo taticamente necessário depois dos ataques de 11 de setembro. Reconhecendo a necessidade de que a ONU apoiasse a *guerra contra o terrorismo*, o Congresso dos EUA aprovou, logo após o 11 de setembro, o pagamento de “US\$ 582 milhões devidos há muito tempo à ONU”.²⁴ É impossível prever com certeza se o “multilateralismo *a la carte*” dos EUA, nas palavras de Richard Haass²⁵ do Departamento de Estado, dará apoio aos programas da ONU para cumprir os compromissos da CMDS.

Antes do 11 de setembro, a mudança de atitude do público em relação à ajuda externa indicava um clima político melhor para aumentar a ajuda dos EUA. As pesquisas de opinião pública em 2001 sobre as atitudes em relação à ajuda externa mostravam que a “maioria esmagadora” apoiava os “esforços para aliviar a fome e a pobreza – muito mais do que para a ajuda externa em geral”.²⁶ Em 1995, 64% das pessoas entrevistadas eram favoráveis a cortes na ajuda externa. No entanto, em 2001,

somente 40% davam apoio a esses cortes (a margem de erro da pesquisa era de 3,5% a 4%).²⁷ Em 2001, quando os pesquisadores pediam aos/as entrevistados/as para estimarem

*“que parcela do orçamento federal era dedicada à ajuda externa, o cálculo mediano foi de 20% do orçamento – vinte vezes mais do que o valor real, que era pouco inferior a 1%. Somente 5% do grupo entrevistado calcularam o valor em 1% ou menos”.*²⁸

Até o momento, nenhuma liderança política foi capaz de transformar esse apoio popular à ajuda externa em alocações orçamentárias.

A Aliança para o Desenvolvimento Internacional (GDA), o novo modelo de negócios da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), está limitada a coordenar, facilitar e fazer articulações com o setor privado e com o Terceiro Setor (ONGs, sindicatos, igrejas etc.), para cumprir o mandato de ajuda externa da Usaid. O Secretariado da GDA foi oficialmente instalado em 26 de novembro de 2001, como uma “unidade de recursos técnicos que catalisa e apóia a criação e a operação da aliança”.²⁹ Alguns exemplos de alianças: a Aliança Internacional por Vacinas e Imunização, Alianças de Produção e Distribuição de Chocolate/Café, Parceria Ambiental EUA-Ásia, Programas Públicos e Privados de Pesquisa Agrícola (por exemplo, Companhia Monsanto e o Instituto de Pesquisa Agrícola do Quênia) e Alianças TechnoServe para o Crescimento Econômico Rural (por exemplo, a ajuda da Cargill para “desenvolver negócios com sementes oleaginosas na África Meridional”). Por causa da heterogeneidade e do caráter privado/público de muitos dos programas da GDA, será difícil verificar e analisar seus resultados – como os dos antigos programas de parceria da Usaid – pela iniciativa *Social Watch* nos termos dos compromissos da CMDS. ■

Institute for Agriculture and Trade Policy
(Instituto de Agricultura e Política Comercial)
<ssuppan@iatp.org>

21 “The Wealth Concentration Act”. Citizens for Tax Justice. In: *Multinational Monitor* de novembro de 2001, p. 25.

22 Nancy Watzman, “The Corporate Tax Break Feeding Frenzy”. In: *Multinational Monitor* de novembro de 2001, pp. 24-26.

23 Para informações sobre o suposto apoio da política comercial dos EUA à promoção do desenvolvimento social, ver documentos em <http://www.wtwatch.org>.

24 John G. Ruggi, “The UN: Bush’s Newest Ally?” de 31 de dezembro de 2001, p. 18.

25 *Ibidem*, p. 20.

26 “Executive Summary: Americans on Foreign Aid and World Hunger: A Study of U.S. Public Attitudes”. Programme on International Policy Attitudes, University of Maryland – College Park de 2 de fevereiro de 2001, p. 2.

27 “Findings: Americans on Foreign Aid and World Hunger: A Study of U.S. Public Attitudes”. Programme on International Policy Attitudes (2001), p. 1.

28 “Introduction: Americans on Foreign Aid and World Hunger: A Study of U.S. Public Attitudes”. Programme on International Policy Attitudes (2001), p. 1.

29 “Usaid’s Global Development Alliance”. United States Agency for International Development, em <http://www.usaid.gov/gda/index.html>.